



A presença de apenas 275 parlamentares dá desânimo no relator Bernardo Cabral, ao lado do presidente Ulysses Guimarães

Sem quorum, votação da Ordem Social foi adiada

Por falta de quorum, a Constituinte não iniciou ontem a votação do título VIII do projeto de Constituição, que trata da Ordem Social. Apenas 275 parlamentares compareceram à verificação de quorum determinada pelo presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), quando o número mínimo para o início de qualquer votação é de 280. O pouco comparecimento não fez parte de qualquer estratégia dos grupos que estão negociando os textos que serão apreciados. O sintoma de que não havia qualquer objetivo de esvaziar a



sessão foi dado pelo deputado Ulysses Guimarães. Ele esperou pacientemente 20 minutos para que os parlamentares chegassem ao plenário, até se convencer de que não havia número para a sessão. O próprio Ulysses não espera muito quando quer que não haja número para votação. Ele sempre prefere que todas as matérias entrem em votação com todos os entendimentos costurados.

Antes da verificação de quorum, a sessão se arrastou por duas horas de pinga-fogo. Foram abordados os temas que entram em debate hoje, como educação, saúde, seguridade e previdência social, entre outros. O deputado Victor Faccioni (PDS-RS), por exemplo, pediu mais justiça para os aposentados e fez um apelo aos

constituintes para que façam uma revisão nos direitos dos inativos. O deputado Florestan Fernandes (PT-SP) abordou a educação, para ele "um dos temas mais importantes para a sociedade brasileira". De acordo com Florestan, as escolas públicas no País vêm "sendo vítima de conspirações iniciadas no princípio da década de 60", cujo objetivo é desagregar o sistema de ensino público. Ele é favorável a uma maior participação do Estado neste setor, ao contrário dos centristas, que pregam uma maior participação da iniciativa privada.

O presidente, no final da sessão da Constituinte, determinou a seus assessores que telefonem a cada um dos 559 constituintes, para que compareçam a sessão de hoje.

PDT recorre pela reforma junto ao STF

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, rejeitou ontem recurso do líder do PDT, Brandão Monteiro, visando a impugnar a votação do destaque que acabou impedindo a desapropriação do imóvel rural produtivo, no capítulo da Reforma Agrária. Ulysses não aceitou o argumento do deputado fluminense de que houve "falsidade ideológica" na apresentação das assinaturas uma vez que as assinaturas dos deputados Aécio Neves (MG) e Fábio Feldmann (SP), ambos do PMDB, foram dadas ao pedido de preferência para a votação da matéria e não ao requerimento de destaque para votação em separado (DVS).

Imediatamente após o presidente da Constituinte ter anunciado a sua decisão sobre o assunto, em plenário, Brandão Monteiro resolveu entrar, possivelmente hoje, no Supremo Tribunal Federal com um mandado de segurança contra o ato administrativo da Mesa. Se o recurso for acatado pelo STF, a votação do DVS ficará em suspenso até que seja decidido o mérito da questão.

Sá diz que PMDB é contra aposentado

Se for aprovada pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte a emenda coletiva do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) sobre a Previdência Social, os atuais aposentados e pensionistas terão seus proventos revistos e atualizados. Já para os futuros aposentados e pensionistas, garante a correção integral dos últimos salários (36,24 ou 12 meses), respeitado o teto de contribuição — 20 salários referência. Caso não seja fechado o acordo em torno dessa emenda, o parlamentar promete não assinar qualquer outro texto, desta forma obstruindo os trabalhos, já que sua assinatura é importante por tratar-se de uma emenda de preferência. Ele também denuncia que as resistências encontradas até agora são junto à liderança do PMDB na Constituinte, que se opõe principalmente à concessão de pensão integral (hoje é de 70%), o que já foi aprovado para os funcionários públicos.

Quem tem imposto maior dificuldade até agora é o líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), e os demais integrantes do colegiado, segundo Faria de Sá, acrescentando que o maior problema é a concessão de pensão integral. Para tentar resolver a questão, ele promete suprimir esse item, se for igualmente suprimida a pensão integral para os funcionários públicos.

Dissidentes

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP) voltou a alertar que seu partido, o PMDB, para retomar seus rumos históricos, deve romper imediatamente com o Governo Federal, com a entrega dos ministérios, e passar a defender a realização de eleições diretas ainda este ano para presidente da República.

Para o constituinte, a agremiação desvirtuou-se de seu passado e do que pregou em praça pública. «As votações na Assembleia Nacional Constituinte foram um exemplo disso, com o PMDB dando voto para as propostas do Centrão e, desta forma, derrubar as conquistas obtidas na Comissão de Sistematização», observa.

Fernando Henrique prefere não adiantar sobre o novo partido que estaria formando, juntamente com outros dissidentes de sua atual sigla, mas declara: «O PMDB parece estar esgotando-se e caracterizando-se, tornando-se inevitável um novo caminho para os setores mais progressistas».

Venda de sangue gera impasse

Arquivo 24/4/87

Os constituintes ligados à área de saúde não chegaram a um acordo sobre a estatização do comércio de sangue e hemoderivados e a inclusão da saúde ocupacional no Sistema Único de Saúde (SUS), deixando as duas questões para serem decididas no voto. Continua ainda na mesa de negociações a execução dos serviços de saúde pelo Poder Público ou através de terceiros, mediante contrato público. A ala conservadora admite que essas ações sejam regulamentadas, fiscalizadas e controladas pelo Estado, mas exigem a supressão de parte do texto que trata da execução sob o argumento de que isso estatizaria todo o atendimento médico no País.

Os progressistas e conservadores se reuniram ontem por mais de dez horas e um dos principais pontos de discussão era a saúde ocupacional, executada hoje pela Engenharia Sanitária do Ministério do Trabalho. Os deputados Euclides Scalco (PMDB-PR) e Eduardo Jorge (PT-SP) apresentaram uma proposta onde o Sistema Único de Saúde seria responsável apenas pela cooperação com a saúde ocupacional, que cuida dentre outras coisas, da fiscalização e prevenção de acidentes no trabalho. Essa proposta foi recusada pelo deputado José Lins (PFL-PE) que propôs a decisão no plenário.

Na sexta-feira passada, os constituintes chegaram a um acordo sobre a execução dos serviços e ações de saúde e a participação da iniciativa privada nesse setor. O acordo no entanto não durou muito, já que os deputados José Lins e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) não aceitaram a competência do Estado na execução dos serviços de saúde. Apesar de estar estabelecido no artigo 232 que "a assistência a saúde é livre a iniciativa privada", que poderá par-



Euclides Scalco (PMDB-PR)

ticipar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato público. Essa restrição, no entanto, não está relacionada aos serviços de atendimento médico-hospitalar, que continuam sendo livres como é atualmente.

O receio dos dois parlamentares é o de que o artigo que determina a fiscalização, regulamentação, controle e execução pelo Poder Público das ações de saúde — consideradas de relevância pública — possa ser interpretado como uma estatização do setor.

Seguridade

O capítulo da Seguridade Social já está totalmente acordado. A única dificuldade criada foi uma proposta do deputado Gerson Peres (PDS-PA) que exige um detalhamento do texto que preserva o Sesc, Senac, Sesi e Senai. Todas as lideranças concordaram em incluir no texto o reconhecimento dessas entidades, através da previsão de contribuições descontadas em folha. Em contrapartida o Centrão aceitou que as contribuições dos empregadores para a seguridade social incidam sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro.

Covas teme o fim dos acordos

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, teme que o Centrão descumpra os acordos votados até agora, apresentando emendas supressivas a eles no segundo turno de votação.

«Os acordos foram feitos para valer em todas as votações. Espero que isso seja cumprido até o final. Mas como eles têm mudado de idéia seguidamente, vamos aguardar para ver o que fazer», disse Covas.

O líder do PMDB lembrou que vários temas foram votados depois de exaustivas negociações, quando foram derrubados, em consequên-

cia de acordos, os textos do Centrão e os da Sistematização.

«Em várias ocasiões, nós votamos um novo texto do relator. Foi assim no direito de propriedade, foi assim no direito de greve. Isto tem que ser cumprido em todos os momentos da Constituinte. Se não, de que adianta fazer um acordo? Indagou Covas.»

No momento, Covas não pretende tomar nenhuma iniciativa em relação às ameaças de membros do Centrão de romper os acordos feitos nas outras fases. O líder vai esperar a iniciativa do grupo para, então, ver o que poderá fazer.

Meio grávida

Ulysses Guimarães justificou sua decisão alegando que as assinaturas de Aécio Neves e Fábio Feldmann são autênticas e que o requerimento de DVS foi apresentado com 199 subscrições, quando o exigido é no mínimo 187. Assim, ele entende que mesmo na hipótese de uma eventual irregularidade nas assinaturas, elas não têm o poder de invalidar o todo, já que sobrariam ainda 197 apoiantes ao destaque.

Já o deputado Brandão Monteiro explicou que os dois deputados do PMDB foram enganados na sua boa fé porque assinaram o requerimento do DVS pensando que estavam apoiando pedido de preferência para a votação da matéria.

«O recurso ao STF tem como alegação a falsidade ideológica cometida no recolhimento das assinaturas dos dois parlamentares. O Código Civil é muito claro quando diz que os atos jurídicos são nulos quando decorrentes de fraude ou omissão. O presidente Ulysses Guimarães está incorrendo num erro ao fazer uma comparação com a Justiça Eleitoral sobre urnas fraudadas quando isto não modificava o resultado da eleição. No caso, assim como não existe mulher meio grávida, não existe ato administrativo pela metade», comparou o líder.

Gerson pede que censura seja prévia

Em discurso pronunciado ontem na Câmara, o deputado Gerson Peres (PDS-PA) condenou a censura feita, em cima da hora, pela Justiça Eleitoral, ao programa gratuito do Partido da Juventude, na televisão, mas defendeu a necessidade de exame prévio desses programas.

O deputado assinalou também que, se a Justiça Eleitoral cumprisse rigorosamente o texto da legislação partidária, aquele programa nem teria ido ao ar, porque a lei diz que os diretórios partidários são os responsáveis pelos programas.

Gerson Peres já encaminhou representação ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, pedindo o cumprimento da lei. A resposta foi de que o TSE prefere dar à lei interpretação favorável aos partidos sem registro definitivo.